

Lei da Mata Atlântica Comentada

2018 • 2ª Edição Revista, Atualizada e Ampliada

Alexandre Gaio

LEI DA MATA ATLÂNTICA COMENTADA

2ª EDIÇÃO

© Almedina, 2018

AUTOR: Alexandre Gaio

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9788584933235

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gaio, Alexandre

Lei da Mata Atlântica comentada / Alexandre

Gaio. -- 2. ed. rev., atual. e ampl.. -- São Paulo :

Almedina, 2018.

Bibliografia.

ISBN 978-85-8493-323-5

1. Direito ambiental - Legislação - Brasil

2. Direito de propriedade 3. Florestas - Proteção

4. Mata Atlântica (Brasil) - Preservação 5. Proteção
ambiental I. Título.

18-18391

CDU-34:502.7(81)(094)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Mata Atlântica : Leis comentadas: Direito ambiental 34:502.7(81)(094)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Julho, 2018

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo
| Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

112111-5

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO	7
PREFÁCIO	9
SUMÁRIO	13
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1. O BIOMA MATA ATLÂNTICA	19
1.1 As circunstâncias históricas e jurídicas da inserção da proteção florestal no Brasil	19
1.1.1 O período colonial	19
1.1.2 O período do Brasil império	27
1.1.3 O período republicano	29
1.2 As características e funções ambientais da Mata Atlântica: a indissociável relação com a proteção da biodiversidade	35
1.3 A pressão dos interesses econômicos e da expansão urbana sobre a cobertura remanescente da mata atlântica e o risco de extinção do bioma	45
1.4 A Mata Atlântica no Estado Socioambiental de Direito	54
1.4.1 O direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o Estado Socioambiental de Direito	54
1.4.2 O direito ao desenvolvimento	61
1.4.3 A tensão entre os direitos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e ao desenvolvimento e seus reflexos na proteção da Mata Atlântica	68

1.4.4 A tutela da Mata Atlântica pela Constituição Federal de 1988 e o alcance da expressão patrimônio nacional	73
CAPÍTULO 2. COMENTÁRIOS À LEI Nº 11.428, DE 22.12.2006	81
2.1 Título 1 – Das definições, objetivos e princípios do regime jurídico do bioma Mata Atlântica (art. 1º a 7º)	81
2.2 Título 2 – Do regime jurídico geral do bioma Mata Atlântica (art. 8º a 19)	162
2.3 Título 3 – Do Regime Jurídico Especial do Bioma Mata Atlântica (Art. 20 a 32)	225
2.4 Título 4 – Dos Incentivos Econômicos (Art. 33 a 41)	253
2.5 Título 5 – Das Penalidades (Art. 42 a 44)	264
2.6 Título 6 – Das Disposições Finais (Art. 45 a 51)	270
CONSIDERAÇÕES FINAIS	277
REFERÊNCIAS	289
GLOSSÁRIO	299
ANEXO A – LEI Nº 11.428 DE 22.12.2006 – DOU 26.12.2006 – RET 09.01.2007	305
ANEXO B – DECRETO Nº 6.660 DE 21.11.2008 – DOU 24.11.2008	321
SOBRE O AUTOR	349